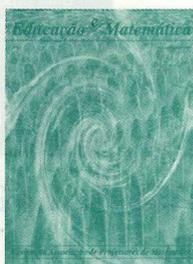


nº 62
Março/
Abril
de 2001



EDUCAÇÃO E MATEMÁTICA

Directora
Ana Vieira

Redacção
Adelina Precatado
Ana Paula Canavarro

António Fernandes

Fátima Guimarães

Fernanda Perez

Helena Amaral

Helena Fonseca

Helena Rocha

Henrique M. Guimarães

Lina Brunheira

Maria José Boia

Paula Espinha

Paulo Abrantes

Colaboradores permanentes

A. J. Franco de Oliveira

Matemática

Eduardo Veloso

“Tecnologias na Educação Matemática”

José Paulo Viana

“O problema deste número”

Lurdes Serrazina

A matemática nos primeiros anos

Maria José Costa

História e Ensino da Matemática

Rui Canário

Educação

Composição e paginação

João Loureiro e Manuel Abrantes

Entidade Proprietária
Associação de Professores
de Matemática

Tiragem

5200 exemplares

Periodicidade

Jan/Fev, Mar/Abr, Mai/Jun,
Set/Out, Nov/Dez

Montagem, fotolito e impressão
Scarpa

Nº de Registo: 112807

Nº de Depósito Legal: 72011/93

Muitas e boas sementes se lançam à terra, mas...

Cristina Loureiro

Sempre que acompanhava os meus alunos nos seus estágios numa escola básica 2/3 fui pensando como era louca a correria das aulas de 50 minutos. Era uma correria com várias facetas. O tempo da aula era insuficiente para fazer actividades envolventes, a aula era uma corrida contra o tempo. Nos intervalos, os alunos corriam para ir jogar à bola e chegavam à aula seguinte afogueados, mal tendo tempo para fazer todas as corridas que precisam para soltar energias. Uma manhã, ou uma tarde, era além disso um saltitar de assuntos, uma desconcentração e por isso uma perda de energias.

Também então fui pensando que não fazem sentido tantas disciplinas, nem tantos professores, para trabalhar com crianças de 10 ou 12 anos. As várias disciplinas são uma tendência para apresentar o conhecimento compartimentado e estanque e um corpo de muitos professores dificulta a criação e o funcionamento de uma equipa orientadora, de que as crianças tanto precisam, e que é fundamental para apoiar o trabalho dos professores.

Ao assistir e participar em aulas de tantas turmas diferentes, na mesma escola e em escolas diferentes, senti de facto realidades muito diversas que não podem ser encaradas da mesma maneira.

Por estas razões só poderia ficar agradada com alguns dos aspectos fundamentais da reorganização curricular consignada no Decreto Lei nº 6/2001.

Blocos de aulas de 90 minutos que vão facilitar o recurso a metodologias activas. Num dia de aulas os alunos trabalharão, no máximo, quatro assuntos.

As novas áreas não disciplinares, a que há quem já prefira chamar mais correctamente áreas integradoras: área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica. A redução do número de professores por turma e a redução do número de turmas por professor, visto que cada professor pode estar mais horas com cada turma. A consignação de que seja feito para cada turma o projecto curricular de turma e para cada escola o projecto curricular de escola.

Apesar de todos os aspectos positivos deste decreto, e do facto de ele se sustentar em experiências das muitas escolas que aderiram ao Projecto da Gestão Flexível do Currículo, a sua existência e aplicação levanta muitas questões. Onde estão as medidas e incentivos para a fixação dos professores às escolas? Onde estão as medidas para acabar com os turnos duplos e para termos escolas e turmas com um número aceitável de alunos? Onde estão as medidas que permitam cada turma ter a sua sala e os professores terem espaços de trabalho nas escolas? Onde estão as medidas de construção e manutenção de escolas como espaços de trabalho agradáveis e acolhedores?

Todas estas medidas exigem meios e por isso é possível argumentar que o nosso país é pobre e ainda não tem esses meios. Mas são inaceitáveis estes argumentos quando se trata da educação.

Onde está uma política de avaliação que contribua para uma cultura de avaliação, aceitando a diversidade de percursos e de resultados? Não é este modelo de provas de aferição, nem o processo de avaliação das escolas que está em curso, que a favorecem.

Onde está uma política de produção de materiais para alunos e para professores, centrada na diversidade e flexibilidade que o decreto contempla? Não é a actual política de adopção de manuais que vai permitir o desenvolvimento de

(continua na página seguinte)

Muitas e boas sementes se lançam à terra, mas...

(continuação da página anterior)

uma lógica de utilização de recursos educativos coerente com as boas intenções do decreto.

Onde está uma política de autonomia das escolas apoiada de forma consistente pelas estruturas do ministério da educação?

Onde está um desenvolvimento profissional dos professores reconhecido pelo trabalho que desenvolvem?

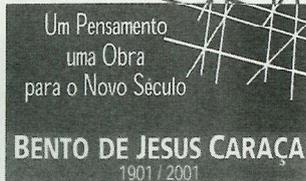
Onde está o apoio da investigação em educação? Será que os projectos de investigação e as instituições de ensino superior estão a ajudar os professores a encontrar respostas para as dificuldades e problemas que têm de enfrentar?

E para estas medidas, e tantas outras de que me esqueci com certeza, não são precisos meios, apenas vontade e a existência de um projecto educativo global, coerente e consistente, que tenha em conta a realidade educativa portuguesa.

Muitas e boas sementes se lançam à terra, mas isso nunca foi garantia de uma boa colheita. Não bastam trabalho e dedicação do lavrador. A terra não é toda igual, o clima é diverso e imprevisível. Não é no mesmo dia que se iniciam as sementeiras em todos os campos, nem todas as terras estão preparadas na mesma altura, nem todos têm acesso aos mesmos instrumentos e recursos. As colheitas vão ser desiguais, vai haver desânimo e desigualdade. O lavrador continua a lavar com um duplo esforço, trabalhar em condições desfavoráveis e denunciar os factores negativos que podem ser destruidores das colheitas.

Cristina Loureiro
ESE de Lisboa

Centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça



Estão em curso várias actividades com o tema *Bento de Jesus Caraça — 1901/2001, Centenário do Cidadão — Um Pensamento, Uma Obra para o Novo Século*, propostas pela CGTP-IN e as organizações associadas para a área da formação, do ensino e da cooperação (AEBJC — Associação para o Ensino Bento de Jesus Caraça e IBJC — Instituto Bento de Jesus Caraça).

A Comissão de Honra destas comemorações, para a qual a APM foi convidada, é presidida pelo Presidente da República.

De entre todas as actividades previstas destaco algumas seguidamente.

- Em Abril, em Vila Viçosa, realiza-se uma sessão pública de apresentação da exposição *Bento de Jesus Caraça — O Homem e o Tempo*, seguida de uma conferência proferida pelo Professor Doutor Borges Coelho;
- Em Maio, a Universidade Popular do Porto apoia a realização do colóquio *Cultura e Liberdade*, a *Sociedade A Voz do Operário* realiza uma exposição e dá início a um módulo pedagógico sobre a obra de Bento de Jesus Caraça.
- Em 9 de Julho um colóquio internacional, que contará com a presença do professor Amartya Sen (Prémio Nobel da Economia) iniciará uma série de debates que se prolongarão até Outubro/Novembro e cujos temas serão: *Nacional/Global; Individual/Colectivo; e Trabalho e Sociedade*.
- A Escola Profissional Bento de Jesus Caraça vai realizar várias iniciativas envolvendo alunos, professores e elementos das comunidades locais, entre as quais a edição, já em Abril, do primeiro número do boletim *o Erro* dedicado a Bento de Jesus Caraça, a construção de uma página na *internet* e a realização de um módulo pedagógico baseado na obra *Conceitos Fundamentais da Matemática*.
- A Câmara Municipal de Lisboa vai organizar um *Roteiro Cultural da Lisboa de Bento de Jesus Caraça* e editar, além de um livro sobre esse roteiro, outro com a sua conferência *Galileo Galilei, valor Científico e Valor Moral da sua Obra*.

Outras realizações como edição de livros e de uma medalha comemorativa, exposições, debates, palestras e conferências, decorrerão por todo o país e irão sendo anunciadas oportunamente.

Branca Silveira
Presidente da Direcção da APM

Breve cronologia

1901 Bento de Jesus Caraça nasce a 18 de Abril, em Vila Viçosa. **1902** A família instala-se na aldeia do Montoito, onde o pai é feitor. **1918** Conclui o liceu no Pedro Nunes, em Lisboa. **1918** Inscreve-se no Instituto Superior do Comércio (actual ISEG). **1919** Afectado por Conclui a licenciatura. **1924** Nomeado primeiro-assistente. **1927** Nomeado professor extraordinário. **1929** Nomeado professor político, radicado nas teses de uma sociedade solidária e igualitária, que parte da "necessidade para a liberdade". Teses que desenvolveu Matemáticas Aplicadas do Instituto Superior de Economia e Finanças, inaugurando o primeiro centro de investigação teórica universitária. global de quase 794 mil exemplares. Nomeado presidente da direcção da Universidade Popular Portuguesa. **1943** Eleito presidente da tendo sido eleito para o seu conselho nacional, presidido por Norton de Matos. **1945** Publica *Conceitos Fundamentais de Matemática*. Faz da cátedra universitária por razões políticas e fica proibido de exercer a docência. **1948** Morre no dia 25 de Junho, vítima de doença cardíaca.